

O ACONTECIMENTO DA ANÁLISE DO DISCURSO: 1969, O ANO QUE NÃO TERMINOU

THIAGO BARBOSA SOARES*

Universidade Federal do Tocantins (UFT), Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGLetras), Porto Nacional, TO, Brasil.

Recebido em: 21 mar. 2023. Aprovado em: 16 abr. 2024.

Como citar este artigo: SOARES, T. B. O acontecimento da análise do discurso: 1969, o ano que não terminou. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras*, v. 24, n. 2, p. 273-291, maio/ago. 2024. DOI: 10.5935/cadernosletras.v24n2p273-291

Resumo

Este artigo objetiva refletir como o projeto análise do discurso, trazido por duas importantes obras, *A arqueologia do saber*, de Michel Foucault, e *Análise automática do discurso*, de Michel Pêcheux, é tão caro para a compreensão do funcionamento discursivo e da extensão de seus efeitos em sociedade. Secundariamente traçaremos aspectos fundamentais dessas obras. Nos apontamentos teórico-metodológicos, levantaremos questões sobre o acontecimento específico de 1969. Delinearemos a conjuntura do desenvolvimento de uma ferramenta absoluta em sua emergência e em sua função inquiridora.

* E-mail: thiago.soares@mail.uft.edu.br
 <https://orcid.org/0000-0003-2887-1302>

Palavras-chave

Acontecimento. *A arqueologia do saber. Análise automática do discurso.*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Por que é possível formular o tipo de enunciado-título deste texto? Todos, pelo menos a maior parte dos leitores aos quais este texto interessa, sabem que 1969 é o ano em que nascem duas grandes publicações para a análise do discurso, a lembrar, *Análise automática do discurso*, de Michel Pêcheux, e *A arqueologia do saber*, de Michel Foucault. Cada uma dessas carrega um flanco da análise do discurso. Todavia, esse saber não é em si uma resposta para a questão inicial, embora sirva fundamentalmente de marco reflexivo para rastreamos as possíveis razões de 1969 não ter se encerrado. Por isso corroboramos a ideia de Veyne (2011, p. 69), ao afirmar que, “quando se consegue explicar esses acontecimentos datados e explicáveis que são as diferenças últimas que chamamos de discurso, os leitores são levados a conclusões críticas”.

Levando isso em consideração, no presente texto temos por principal objetivo levantarmos a repercussão de duas obras fundamentais, publicadas no ano de 1969, como marcos basilares para a edificação da análise do discurso (doravante AD), e problematizadoras do próprio projeto, desaguando em um acontecimento. Essas obras, com seus conceitos engendrados a partir das respectivas investigações de seus autores e, sobretudo, de desenvolvimentos posteriores, em algum momento parecem não mais se distanciar; aproximam-se conforme a prática analítica que cabe à metodologia que lhes é própria, sempre ao observarem os fenômenos de saber e poder no interior do funcionamento social.

Diante dessa imbricação teórico-metodológica contínua, atualmente a AD se inscreve em uma renovação de amplitude internacional. Mas subsiste uma especificidade da AD francesa que justifica nossa restrição: ela nasceu em uma conjuntura política precisa (Mazière, 2007, p. 116).

Como argumento que poderia se desenvolver, dir-se-ia que a trupe de Pêcheux, entre outras, foi participante ativa do levante intelectual de maio

de 1968 e que a AD nasce eivada do espírito revolucionário da vontade de criar uma ruptura. Poder-se-ia dizer que, com base em autores que eram relevantes no momento (porque também foram ativos no levante de 1968), cujo desejo era explicar a sociedade a partir de suas estruturas, Althusser e Foucault, Pêcheux e companhia procuraram desenvolver uma ruptura na forma de compreender o funcionamento do discurso político e a extensão de seus efeitos no seio social. Dir-se-ia que no fundo Pêcheux igualmente desejava explicar a condição social não apenas pela apreensão do conjunto de suas estruturas, mas também por uma de suas forças constitutivas até então parcamente examinada: o discurso político.

CONDIÇÕES DE EMERGÊNCIA DA ANÁLISE DO DISCURSO

Particularmente, o que marcou a obra de Pêcheux foi ela ter compreendido a contradição da relação dos aparelhos de Estado. Ele percebeu que os aparelhos não eram formatadores homogêneos, mas contraditórios, e que essa contradição se realizava em função da interpelação pelo discurso. O ano de 1968 foi importante para Pêcheux porque não foi um movimento homogêneo, e ele viu de dentro toda a contradição sendo mistificada como homogênea por fora.

Essas não são distinções transparentes que aparecem na língua sem qualquer ambiguidade: não se pode, segundo Pêcheux, desconsiderar a constituição essencialmente ideológica do discurso e do sentido. Mas se tenta, e então falamos do político, apagando o político, ou simplesmente nem falamos dele, nos contentando com uma posição formalista ou logicista, ou então, sociologista (Orlandi, 2012, p. 17).

A partir disso, compreende-se que “a prática política tem por função transformar as relações sociais no interior da prática social, de tal maneira que a estrutura global desta não se modifique” (Pêcheux, 2012, p. 37). Em uma brevíssima retomada das condições de produção tanto de *A arqueologia do saber* quanto de *Análise automática do discurso*, podemos observar um momento de profunda relevância para ambas (Mazière, 2007).

A título de definição, no cenário francês (1960-1968), temos: “a crise do estruturalismo” como ciência régia; invasão da análise de conteúdo nas ciências

humanas; críticas à leitura hermenêutica e ao objetivismo quantitativo; “crise do comunismo” e multiplicação das “esquerdas”; maior destaque de Althusser no cenário das ciências sociais.

Subsequente a esses acontecimentos, no dia 28 de abril de 1969, após conhecer os resultados do referendo realizado na França, o presidente Charles De Gaulle anunciou sua renúncia. A maioria do povo francês pronunciou-se contra as reformas constitucionais propostas pelo presidente. Em síntese, a proposta de De Gaulle era reestruturar o Senado e dividir a nação em regiões administrativas (1969: Após [...], 2019), aumentando substancialmente o poder dos conselhos regionais (Varela; Santana, 2018, p. 980). Precisamente em meio a protestos contra essas mudanças, as duas obras mencionadas foram publicadas.

Levando também em consideração a conjuntura brasileira (1960-1968), podemos destacar: a ditadura militar em pleno embate da esquerda contra a ditadura, depois do golpe de 1964; a censura, o exílio e expatriação dos intelectuais, assim como os movimentos sociais de resistência que acenam para a possibilidade de o sentido ser outro.

No Brasil, a repressão institucionalizada não permitia que a voz contrária ao aparelho repressivo de Estado se manifestasse plenamente; na França, tem-se uma série de manifestações contrárias a problemas pontuais do funcionamento do Estado. Tanto Pêcheux quanto Foucault, é de se lembrar, eram manifestantes; todavia, a manifestação que faziam ultrapassava o que se fazia nas ruas parisienses, porquanto também se dera nos escritos, nos encontros intelectuais, nas aulas, nos colóquios, nas orientações e nas diversas formas de produzir e reproduzir conhecimento. Nessa perspectiva,

[...] fazer análise do discurso num tempo e lugar em que a tradição filológica e as descrições linguísticas formais inspiradas no estruturalismo norte-americano eram hegemônicas e em que vivíamos sob uma ditadura militar, era um gesto de resistência (Piovezani; Sargentini, 2011, p. 21).

A recém-nascida AD promove um tipo de resistência que tem eco.

DOIS PROJETOS

É desse clima que a *Análise automática do discurso* e *A arqueologia do saber* estão eivadas: “Por isso *A Arqueologia do Saber* é um livro de explicitação

teórico-metodológica e, ao mesmo tempo, ele nasce dos questionamentos feitos às suas posições teóricas e políticas” (Gregolin, 2006, p. 85). O objetivo que perpassa toda *A arqueologia* é uma busca pela compreensão de como certos campos complexos do conhecimento, a saber, a medicina, a gramática e a própria ciência puderam tomar forma e existir enquanto tais. Essa arqueologia procede não apenas sobre textos da ciência, mas também em textos jurídicos, na literatura, na filosofia, nas decisões políticas e na vida cotidiana. Uma determinada formação discursiva transita sob os mais variados campos e níveis, visando constituir seu objeto específico. Dessa forma, o objetivo subsequente da análise arqueológica de Foucault é descrever e interpretar o funcionamento das regras de formação de cada formação discursiva em particular, buscando a regularidade em meio à dispersão.

Consideremos aqui o projeto foucaultiano sob um duplo aspecto: é um exercício retrospectivo de um trajeto textual datado, em que o termo “arqueologia” é mencionado por duas vezes, cujo objetivo é escrever uma história dos sistemas discursivos constitutivos das ciências do homem; é, também, um programa de pesquisas sobre a formação e as mutações das práticas discursivas, que exclui qualquer forma de análise linguística dos fatos da língua. Assim, ao mesmo tempo, esse projeto de análise arqueológica fecha e abre um procedimento de análise que se pretende totalizante e toma o discurso como conjunto de fatos determinantes para uma história discursiva do pensamento (Charaudeau; Maingueneau, 2008, p. 59).

Por sua vez, *Análise automática do discurso* se inscreve no espaço do novo, a respeito da computação e da análise de dados “livres de contaminação”. De certa maneira, ele constituiu seu sistema a partir da ideia de um “cavalo de Troia”, que seria introduzido nas ciências sociais com o intuito de promover uma convulsão “(algo análogo ao que Foucault tentou com sua arqueologia em relação à história das ideias). [...] Os instrumentos científicos não são feitos para dar respostas, mas para colocar questões” (Henry, 1990, p. 38). *Análise automática do discurso*, entre outras coisas, refere-se às produções de sentido como não evidentes e à comunicação como não transparente, ao ponto de os sentidos serem diferentes a depender de suas condições de produção.

Segundo Charaudeau (Charaudeau; Maingueneau, 2008, p. 59), a obra supracitada, como as demais que a seguiram, “constitui um questionamento das intuições da leitura empírica” e ainda afirma que “o trabalho crítico

proposto se apoia, por sua vez, nos procedimentos automatizados da informática sobre a linguística de Harris e sobre uma teoria global da interpretação, articulando linguística, psicanálise e materialismo histórico”.

Pêcheux denuncia as ilusões do sujeito falante (e aquelas da semântica que as reduplica ao considerar que um texto comunica um sentido que o leitor pode depreender a partir de combinatória das palavras e frases desse texto). A análise de discurso permite, ao contrário, afirmar a ideia de que o sentido depende da formação discursiva a que o texto pertence (Charaudeau; Maingueneau, 2008, p. 59).

A arqueologia do saber foi e continua sendo altamente profícua na caracterização e exposição de conceitos empregáveis em análises, tais como acontecimento, enunciado, formação discursiva, arquivo, discurso, história e sujeito (Gregolin, 2006).

Dentre as mencionadas, a noção de acontecimento é de fundamental importância para o emprego da AD: “Por acontecimento, Foucault entende, antes de tudo de maneira negativa, um fato para o qual algumas análises históricas se contentam em fornecer a descrição” (Revel, 2005, p. 13). É necessário dizer que o acontecimento tanto se refere ao ato único de enunciação quanto à história com a qual esse ato guarda sua relação discursiva subjacente: “O método arqueológico foucaultiano busca, ao contrário, reconstituir atrás do fato toda uma rede de discursos, de poderes, de estratégias e de práticas” (Revel, 2005, p. 13).

Feitas tais considerações, é premente compreender que enunciado e acontecimento mantêm profundas relações, tanto que é possível confundi-los quando não se percebe a dimensão de acontecimento que o enunciado ganha na história, a partir do método arqueológico. Em outras palavras, um “parecer ser”.¹ O enunciado se redimensiona de tal forma a tornar-se aparentemente o acontecimento.

O enunciado não é, pois, uma estrutura; é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazem sentido” ou não, segundo que regras se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (Foucault, 2013, p. 105).

1 Expressão utilizada para demonstrar a relação de similaridade entre enunciado e acontecimento.

O enunciado não diz respeito apenas ao conjunto de unidades linguísticas componentes da frase, do argumento ou do ato de fala. Ele abarca a frase, o próprio argumento e até o ato, para que, então, façam sentido, de modo a voltarem para o que é a emergência do seu acontecimento. Tanto esse quanto o enunciado se articulam nas teias a partir das quais a formação discursiva atua.

Delineados esses meandros, torna-se imprescindível a compreensão sobre a noção de formação discursiva. Assim, uma formação discursiva “é uma construção de enunciados segundo quatro momentos de análise. Esse tipo de operação permite constituir uma configuração de enunciados em arquivo, fundamentando, assim, a análise em quatro níveis” (Charaudeau; Maingueneau, 2008, p. 62): o nível do referente, o nível das modalidades enunciativas, o nível da rede conceitual e o nível do campo das possibilidades estratégicas (Foucault, 2013).

A lei dos enunciados e o fato de pertencerem à formação discursiva constituem uma única e mesma coisa; o que não é paradoxal, já que a formação discursiva se caracteriza não por princípios de construção, mas por uma dispersão de fato, já que ela é para os enunciados não uma condição de possibilidade, mas uma lei de coexistência, e já que os enunciados, em troca, não são elementos intercambiáveis, mas conjuntos caracterizados por sua modalidade de existência (Foucault, 2013, p. 143).

Percebe-se a relação intrínseca entre o enunciado e a formação discursiva na qual esse necessariamente está inserido e da qual retira a sua regularidade de produção de sentido; porém, o mesmo enunciado pode figurar em outra formação discursiva e, assim, engendrar outro sentido que não aquele da formação discursiva anterior. O enunciado em sua formação discursiva carece da percepção que lhe traz o arquivo.

Sobre o conceito de arquivo, podemos afirmar que é constituído pelo “jogo das regras que, numa cultura, determinam o aparecimento e o desaparecimento de enunciados, sua permanência e seu apagamento, sua existência paradoxal de acontecimentos e de coisas” (Revel, 2005, p. 18). Nesse sentido, “o arquivo nunca é dado *a priori*, e em uma primeira leitura, seu funcionamento é opaco. Todo arquivo principalmente manuscrito, é identificado pela presença de uma data, de um nome próprio, de uma chancela institucional etc.” (Guilhaumou; Maldidier, 2010, p. 162). O arquivo, em alguma medida, é uma espécie de seleção de ordem enunciativa que integra, assim, o discurso, isto é,

“um conjunto de enunciados que podem pertencer a campos diferentes, mas que obedecem, apesar de tudo, a regras de funcionamento comuns” (Revel, 2005, p. 37).

Além disso,

[...] os discursos são as lentes através das quais, a cada época, os homens perceberam todas as coisas, pensaram e agiram; elas se impõem tanto aos dominantes quanto aos dominados, não são mentiras inventadas pelos primeiros para dominar os últimos (Veyne, 2011, p. 50-51).

O consagrado funcionamento das sociedades é marcado pelo e no discurso, posto que nele os sentidos não apenas são depositados, mas também são organizados conforme determinados acontecimentos que, por sua vez, são responsáveis por arregimentar a historicidade dos sujeitos.

As concepções de sujeito e de história na arqueologia de Foucault são fundamentalmente importantes para se perceber aquilo que sempre foi considerado como linear e, de fato, não é. Nem a história nem o sujeito podem ser pensados de maneira chapada como até então fora feito. Assim como há descontinuidades no desdobramento da história que carecem de observação de um ponto de vista diferente daquele delineado pelo saber disciplinar, há também a ruptura do sujeito metafísico centrado em suas condições idealizadas de existência que configurariam sua subjetividade, sendo esta reflexo instantâneo do próprio sujeito: “Trata-se, portanto, de pensar o sujeito como um objeto historicamente constituído sobre a base de determinações que lhe são exteriores” (Revel, 2005, p. 84).

Ainda mais profícua do que os conceitos aqui levantados rapidamente, a arqueologia deixa ver, além de tudo, um método bastante rigoroso de análise e compreensão dos fatos e, sobretudo, da própria construção desses. Por sua vez, *Análise automática do discurso* também legou noções de grande envergadura para servirem de compreensão, de reflexão e de ferramenta analítico, tais como condições de produção, formações imaginárias, formações ideológicas, formação discursiva e sujeito (Pêcheux, 2010).

As condições de produção para Pêcheux estão, em boa medida, articuladas às condições econômicas segundo as quais o sentido é produzido. As circunstâncias imediatas ao processamento enunciativo carregam necessariamente efeitos sobre o dizer, não podendo, portanto, estar desvinculadas deste; do contrário, a compreensão de uma mensagem poderia se dar sempre de maneira

linear, independentemente do seu contexto ou mesmo da participação de seus interlocutores na comunicação: “Em outras palavras, um discurso é sempre pronunciado a partir de *condições de produção* dadas: por exemplo, o deputado pertence ao partido político que participa do governo ou a um partido de oposição” (Pêcheux, 2010, p. 75, grifo do autor). Ora, as condições de produção estão intimamente relacionadas ao próprio funcionamento do conceito de discurso.

É nessa perspectiva que Pêcheux (2010, p. 81) define discurso como “efeito de sentido entre os pontos A e B”, justamente porque opõe-se ao “chapado esquema da informação derivado dos trabalhos de Jakobson segundo o qual um emissor produz uma mensagem X e a envia a um receptor que, por sua vez, recebe o mesmo X enviado” (Soares, 2018, p. 116). De outro modo, “o X produzido pode, por diversas razões, ser interpretado como Y, pois os sentidos estáveis e presos às palavras são efeitos de uma ilusão ideológica que a análise do discurso visa combater” (Soares, 2018, p. 116). É nesse panorama que os efeitos de sentidos são afetados pelas condições de produção dos discursos. Dessa maneira, Pêcheux igualmente esclarece a não transparência da língua, como muitos pensavam e ainda pensam (Soares, 2022). Além disso, aponta para o fato de que os interlocutores participam dos mecanismos de produção do discurso de forma indireta.

Já as formações imaginárias, de acordo com Pêcheux (2010, p. 116), referem-se ao lugar ocupado por A e B cuja

[...] representação no discurso se dá por antecipações implicadas na cadeia discursiva. As formações imaginárias são imagens que cada um dos participantes de uma interação verbal faz de si e do outro na projeção de tais imagens como efeitos no discurso.

Considerando a relação entre A e B nos processos discursivos, Pêcheux elabora hipóteses de tal forma a demonstrar que há um jogo entre esses agentes cujas formações imaginárias marcam o lugar que cada um confere a si e ao outro, “além da imagem do lugar próprio e do outro que eles se fazem” (Ferrari, 2005, p. 115).

A partir da formação imaginária, surge o que Pêcheux chama de antecipação. Uma espécie de cálculo segundo o qual a formação imaginária é capaz de reconhecer o seu espelho. Em outros termos, um determinado posicionamento

argumentativo gera seu contrário, em um efeito dialético, praticamente toda vez de seu proferimento. Portanto, as formações imaginárias podem servir de antecipação do projeto enunciativo posto em marcha no discurso.

Nesse sentido, a formação imaginária engendra dois conceitos posteriormente mais bem elaborados por Pêcheux, quais sejam, formação ideológica e formação discursiva, e uma necessariamente contém a outra enquanto prática social.

Isso supõe, vamos repetir, que *um discurso não apresenta*, na sua materialidade textual, *uma unidade orgânica em um só nível* que se poderia colocar em evidência a partir do próprio discurso, mas que toda forma discursiva particular remete necessariamente à série de formas possíveis, e que essas remissões da superfície de cada discurso às superfícies possíveis que lhe são (em parte) justapostas na operação de análise, constituem justamente *os sintomas pertinentes* do processo de produção dominante que rege o discurso submetido à análise (Pêcheux, 2010, p. 105-106, grifos do autor).

A unidade, tal como percebida nesse excerto, pode ser compreendida como a própria formação discursiva no interior da qual a repetição do trajeto temático (organizado pelas formações imaginárias) se refere, então, à formação ideológica, de maneira que esta sempre possa ser percebida naquela em uma simbiose orgânica a ponto de fabricar as ilusões da completude e, por conseguinte, a do sujeito senhor dos sentidos que (re)produz.

Ao adentrar no campo subjetivo, da teoria althusseriana do assujeitamento/da interpelação, Pêcheux traz para a teoria do discurso o sujeito como um lugar no qual o indivíduo acessa os sentidos circulantes em sociedade, tornando-se condutor do fio do discurso a cada prática enunciativa. O sujeito não é uma entidade empírica. Nesse diapasão, Pêcheux compreende o sujeito como constituído pelo discurso; o sujeito é determinado por um assujeitamento histórico à língua. O sujeito para Pêcheux é efeito do discurso e seu assujeitamento é, de certa forma, uma aderência aos sentidos que se acreditam “corretos” e estáveis (Soares, 2018, 2022): “De fato, ele (sujeito) não pode ser apreendido, a não ser no interior de cada uma das buscas do analista, em função de seu desígnio interpretativo e de sua posição quanto à língua” (Mazière, 2007, p. 22).

Tanto em Pêcheux quanto em Foucault, o sujeito é uma possibilidade.

Foucault, na busca de compreender a arqueogenealogia e a forma como se constroem as relações históricas entre os saberes e os poderes em temáticas

variadas (a loucura, o sistema prisional, a sexualidade), abre caminhos para a análise de discursos em campo vasto. Por sua vez, Pêcheux pauta-se na unidade discurso para propor modos de leitura, sobretudo do discurso político, com vistas à militância de esquerda. Para esses autores, o discurso mostra-se central. Pêcheux, ao considerar que as condições de produção distinguem o texto do discurso, insiste em uma forma de não atribuir apenas como acréscimo as questões de caráter sociologista/sociolinguístico; Foucault, considerando o linguístico como uma articulação entre o poder e o saber, insere o discurso no interior de uma “ordem” (Sargentini, 2006).

Tanto *A arqueologia do saber* quanto *Análise automática do discurso* passaram por posteriores ajustes, para não dizer melhorias, e transformaram-se em base tanto teórica quanto metodológica de uma determinada forma de se fazer AD. *A arqueologia do saber* marca a chamada fase arqueológica na qual Foucault buscou compreender a transformação histórica dos saberes que possibilitaram o surgimento das ciências humanas (Gregolin, 2006). Por seu turno, *Análise automática do discurso* assinala a chamada fase AD-1 que encerra “o procedimento por etapa, com ordem fixa, restrita teórica e metodologicamente a um começo e um fim determinados; e trabalhando num espaço em que as ‘máquinas’ discursivas constituem unidades justapostas” (Pêcheux, 2010, p. 83).

Pêcheux, ao considerar as revisões althusserianas sobre o marxismo, amplifica o desenvolvimento de teoria da interpretação. Na década de 1980, momento de retificações de sua teoria, “o autor produz uma autocrítica (em especial no prefácio *O estranho espelho da Análise do Discurso*” (Sargentini, 2006, p. 186). Assim, introduz a tese de Courtine (2009) e um deslocamento das posições althusserianas. Com isso, Pêcheux produz mudanças teórico-metodológicas quando revê o conceito de formação discursiva “a partir da releitura que Courtine faz da ‘A arqueologia do saber’ e ao aproximar-se dos estudos da heterogeneidade e alteridade (Sargentini, 2006, p. 186).

Por meio das duas perspectivas, foucaultiana e pecheutiana, a AD recebeu uma série de contribuições teórico-metodológicas que lhe permitiram avançar em seu campo de constituição. Todavia, é interessante notar que ambos os autores, ao tracejarem, cada qual, um percurso singular, acabam tendo aproximações. Para melhor especificar esse tipo de proximidade, a AD desenvolvida a partir dos trabalhos de Michel Pêcheux e de seus colaboradores, ao chegar à sua última etapa (terceira fase), acresce o acontecimento como uma das formas

a partir das quais se é possível compreender o funcionamento discursivo circulante em sociedade, enquanto Foucault, já na arqueologia, tinha-o como um dos conceitos investigativos com o qual, por exemplo, pode examinar o discurso sobre a loucura.

De Foucault a Pêcheux, a noção de acontecimento toma posição central. Portanto, os trabalhos situados na AD, que evocam a confluência desses autores, passam a explorar com mais acuidade esse conceito extremamente produtivo. Foucault irá postular a centralidade do acontecimento ao considerar que um enunciado é sempre um acontecimento, na medida em que sua análise não pode ser reduzida à língua, ao sentido e ao referente. Foucault e Pêcheux (este ao analisar o enunciado *on a gagné*) reconhecem o discurso (Sargentini, 2006, p. 186) como uma série de acontecimentos que pertencem a diferentes redes e níveis. Para Foucault (2013, p. 33), “O campo dos acontecimentos discursivos é um conjunto sempre finito e efetivamente limitado das únicas sequências linguísticas que tenham sido formuladas”. Ainda segundo o autor, “elas podem ser inumeráveis e podem por sua massa, ultrapassar toda capacidade de registro, de memória, ou de leitura: elas constituem, entretanto, em conjunto finito” (Foucault, 2013, p. 33). O autor conclui essa ideia fazendo duas reflexões:

Segundo que regras um enunciado foi construído e, conseqüentemente, segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construídos? A descrição de acontecimentos do discurso coloca uma outra questão bem diferente: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar? (Foucault, 2013, p. 33).

Nesse sentido, a AD poderia ser, então, observada a partir do prisma do acontecimento? A AD emerge quando é preciso dizer que o sentido não é estável e como este é articulado a outros, formando redes de significação em cujo funcionamento está a própria sociedade. O discurso não é, desse ponto de vista, um acontecimento; contudo, sua análise, com o rigor teórico e metodológico desenvolvido a partir dos trabalhos investigativos aqui mencionados, parece muito bem sê-lo. Pois bem, um acontecimento discursivo, mesmo tendo sua inscrição na história, acaba? Existe a atualização do acontecimento enquanto uma forma de expressão altamente significativa que retire de suas condições de produção algo que lhe transfere para outros campos e lhe permite reproduzir sentidos?

O acontecimento fundamental poderia deixar de ser aquele de que todos se dão conta de que é um acontecimento (a publicação de uma obra, um manifesto, um editorial do programa de governo, uma proposta de pacto etc.). Para a AD, pelo menos em suas práticas mais comuns de análise, um acontecimento seria considerado como tal na medida em que ensejasse sua retomada ou sua *repetição* (Possenti, 2009, p. 125, grifo do autor).

De forma clássica, a AD possibilita pôr em evidência mecanismos discursivos, “os quais se desdobram no acontecimento (Guilhaumou; Maldidier, 2010, p. 162). O acontecimento guarda em si a heterogeneidade do funcionamento do discurso, volta-se para a regularidade que nem sempre se remete a uma linearidade e, às vezes, sendo uma irregularidade “aparente”. A atual AD, que tem como seus principais fundadores Michel Foucault e Michel Pêcheux, não é a mesma de 1969; ainda, sim, retoma e repete o conhecimento produzido em sua gênese, a fim de atualizá-lo em sua prática. Além disso, ela possui um forte vínculo com seu surgimento, pois recobra de sua origem um de seus objetivos: o compromisso com uma interpretação responsável, ética e consequente, como bem lembra Pêcheux (2006).

O projeto de uma análise dos discursos que restitui à discursividade sua espessura histórica não está, entretanto, ultrapassado. Mas ele deve ser repensado em função dos resultados aos quais ele conduziu, das dificuldades que ele encontrou, dos impasses nos quais ele se enredou. Parece-me, particularmente, que esse projeto poderá administrar a análise das representações compostas por discursos, imagens e práticas (Courtine, 2006, p. 56-57).

Portanto, não é sem razão que cada um dos projetos de 1969, aqui observados, tenha contribuído para a AD emergir/acontecer. Sobre *A arqueologia do saber*, Foucault (2013, p. 250) diz:

Afinal, seria possível que a arqueologia não fizesse nada além de representar o papel de um instrumento que permite articular, de maneira menos imprecisa do que no passado, a análise das formações sociais e as descrições epistemológicas; ou que permite unir uma análise das posições do sujeito a uma teoria da história das ciências; ou que permite situar o lugar de entrecruzamento entre uma teoria geral da produção e uma análise gerativa dos enunciados.

Por sua vez, Pêcheux (2010, p. 153, grifo do autor) anuncia, de maneira categórica, que a *Análise automática do discurso* é

O estudo dos processos aos quais uma ciência faz empréstimos que ela usa com *metáforas* para compreender e para fazer compreender, o do contexto e uma obra científica – a constelação dos processos discursivos com os quais ela debate – aquele enfim da difusão dos conhecimentos em um sistema de representações pré-científicas, colocam uma série de problemas que o tipo de análise proposto contribuiria talvez para resolver.

Diante do que os dois autores nos dizem, poderíamos afirmar que 1969 foi encerrado? Ou melhor, que o projeto iniciado em 1969 foi concluído? Quando dizemos concluído, queremos pensar em uma proposta cujo início se deu lá e que pode e deve ainda ser empregada para que possamos melhor conhecer, em nossos dias, o funcionamento da relação entre saber e poder, envolvida nos diversos processos discursivos circulantes em nossa sociedade. O cerne do projeto iniciado pela AD não pode ter sido levado a cabo, do contrário ela estaria hoje ultrapassada: “O que constituía a força da AD, enquanto acontecimento, era também o que a tornava insustentável. Era preciso, então, descompactificá-la” (Maldidier, 2010, p. 21). Todavia, seu objeto ainda é o mesmo, o discurso.

Optamos por lembrar que para Foucault o discurso é, *grosso modo*, “um bem que é, por natureza, objeto de uma luta, e de uma luta política” e que para Pêcheux o discurso é efeito de sentido entre interlocutores. Quer dizer, qual luta não é por (certos efeitos de) sentido? Um vê o poder na formação discursiva, o outro enxerga a ideologia, mas, em absoluto, são tão divergentes quanto muitos pensam. Portanto, mesmo que existam duelos entre esses pensadores, temos incontornavelmente diálogos dos quais a Análise do Discurso não pode se desvincular, tampouco seus conceitos (Soares, 2019, p. 49).

CONSIDERAÇÕES: O ACONTECIMENTO DA ANÁLISE DO DISCURSO

“Com efeito, o que há mais claro do que compreender o que sejam a essência e a existência, visto que não podemos dar a definição de coisa alguma sem que expliquemos simultaneamente sua essência” (Espinosa, 1983, p. 8). Ora, estamos desde há muito tempo tentando acessar a essência daquilo que é chamado discurso. Foucault, por um lado, o inventariou de uma forma que

ainda nos toca; Pêcheux, por outro lado, o fez de uma maneira que ainda parece ser bastante contundente, de modo que tanto um quanto o outro disseram algo da essência do que é o discurso. Todavia, sabemos que, a partir dessas conceituações, só lhe tangenciaram a efemeridade da existência. Dois projetos, *Análise automática do discurso* e *A arqueologia do saber*, que partilham não somente conceitos, mas também uma vontade intrínseca de desestruturar a história das ideias, a partir de seu interior, consolidada segundo verdades indeléveis e inevitáveis, fundaram a AD. Esta, por sua vez, pode ser lida e compreendida a partir de um de seus conceitos: o acontecimento. Segundo Deleuze e Guattari (2010, p. 31-30), o conceito é a um só tempo absoluto e relativo: “Relativo a seus próprios componentes, aos outros conceitos, ao plano a partir do qual se delimita, aos problemas que se supõe deva resolver”. Porém, absoluto “pela condensação que opera, pelo lugar que ocupa sobre o plano, pelas condições que impõe ao problema. É absoluto como todo, mas relativo enquanto fragmentário” (Deleuze; Guattari, 2010, p. 31-30).

Dessas considerações, compreendemos que o acontecimento, como conceito, carrega algo da própria AD, algo que ainda repercute e parece que repercutirá por muito tempo. O acontecimento é, então, tanto relativo quanto absoluto, dialoga com os outros conceitos forjados na mesma base epistemológica que recupera os projetos tanto no interior de *Análise automática do discurso* quanto no interior de *A arqueologia do saber*. A relatividade do acontecimento parece dizer respeito à própria análise, segundo a qual se traz o acontecimento para a evidência do discurso de sua constituição. Análise do próprio acontecimento que o retira do subsolo da história é a própria relatividade do conceito, seu emprego mais contundente. O caráter absoluto do acontecimento se refere à emergência da disciplina, oriunda de dois grandes projetos, capaz de se manter sempre atual sem deixar de trazer em seu bojo sua própria discursividade como sua emergência, seu surgimento, seu nascimento. Um é o acontecimento relativo que demonstra sua descontinuidade, o outro é acontecimento absoluto que apresenta sua continuidade. Dois ciclos na mesma fase de um conceito, cada qual funcionando pela via que lhe compete, AD e o discurso da análise.

A instabilidade interna dos ciclos e a ambiguidade de suas relações não são dois problemas. Sobre essas duas formas, como relação ao outro e como relação a si, um incessante confronto trabalha a história, legível nas rupturas que fazem oscilar os sistemas, assim como nas coerências que tendem a recalcar

uma alteração interna. Há continuidade e descontinuidade, ambas ilusórias: de fato, a partir do “modo de ser da ordem” que lhe é próprio, cada tempo epistemológico traz *em seu bojo* uma alteridade que toda representação procura reabsorver, objetivando-a, mas sempre incapaz de sufocar seu obscuro trabalho e de se prevenir contra seu veneno mortal (De Certeau, 2011, p. 145, grifos do autor).

A observação da discursividade do acontecimento requer o próprio exame desse acontecimento, porém, como acabamos de trazer à luz o conceito de acontecimento como sendo relativo e absoluto, temos necessariamente que observar a discursividade em suas duas vias de ocorrência: uma delas é o efeito do emprego do ferramental teórico e metodológico desenvolvido pela AD; a outra é, como aqui percebemos, a própria AD.

“A discursividade é um acontecimento: não se deve perder de vista o fato de que o discurso acontece sempre no interior de uma série de outros discursos, com os quais estabelece correlações, deslocamentos, vizinhanças” (Gregolin, 2011, p. 174). A teoria sobre o discurso que se origina em 1969 é discursivizada sempre que colocada em ação, que empregada, que posta em marcha e, assim, seu acontecimento é necessariamente atualizado. O ano de 1969 não terminou porque continua exercendo efeito, como dissemos anteriormente, de acontecimento em uma área, entre outras, do saber que chamamos AD. Ora, então, em outras palavras, precisamos remontar a nossa herança de formação ao pensarmos que 1969 é o ano que, para nós e muitos outros, não se encerrou.

Hoje em dia é de bom tom rejeitar os pensadores dos anos 70 e exigir daqueles que o invocam um “dever de inventário” ou, pior ainda, um “arrependimento”. [...]. Parece-me que esse ostracismo é estéril e que convém abordar nossa época de maneira bem diferente. Trata-se de “escolher sua herança”, segundo seus próprios termos: nem aceitar tudo, nem fazer tábula rasa (Derrida; Roudinesco, 2004, p. 9).

Se, de fato, como exigem Derrida e Roudinesco, tem-se de escolher heranças, não se pode, porém, tangenciar o marco de 1969, ou melhor, o acontecimento que redimensiona a interpretação das relações de saber e poder estabilizadas até então. A acontecimentalidade da AD reflete “A ruptura das evidências, essas evidências sobre as quais se apoiam nosso saber, nossos sentimentos, nossas práticas. Tal é a primeira função teórico-política do que chamaria ‘acontecimentalização’” (Foucault, 2003, p. 339). Ora, é a acontecimentalização da AD e, conseqüentemente, sua atualização que lhe permitiram

ganhar importância e, inclusive, tornar-se vasta e não perder relevância como outros projetos de seu mesmo período de emergência. Lembramos aqui o título do 65º capítulo de *Rainha Margot*, de Alexandre Dumas: “O rei está morto, viva o rei!”; “1969 se encerrou, viva 1969!”.

The event of discourse analysis: 1969, the year that didn't end

Abstract

This article aims to reflect on how the discourse analysis project, brought by two important works, Michel Foucault's *The archeology of knowledge* and Michel Pêcheux's *Automatic discourse analysis*, is so costly for understanding the discursive functioning and the extent of its effects in society. Secondly, we will trace fundamental aspects of these works. In the theoretical-methodological notes, we will raise questions about the specific event of 1969. We will outline the conjuncture of the development of an absolute tool in its emergence and in its inquiring function.

Keywords

Event. *The archeology of knowledge*. *Automatic discourse analysis*.

REFERÊNCIAS

1969: APÓS sofrer derrota em referendo na França, Charles de Gaulle renuncia. *Folha de S.Paulo*, 28 abr. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/banco-de-dados/2019/04/1969-apos-sofrer-derrota-em-referendo-na-franca-charles-de-gaulle-renuncia.shtml>. Acesso em: 15 abr. 2020.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. 2. ed. Tradução: Fabiana Komesu *et al.* São Paulo: Contexto, 2008.

COURTINE, J.-J. Linguagem, discurso político e ideologia. Tradução: Nilton Milanez e Carlos Piovezani Filho. In: COURTINE, J.-J. *Derivas da fala pública*. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 56-86.

COURTINE, J.-J. *A análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009.

- DE CERTEAU, M. O sol negro da linguagem: Michel Foucault. In: DE CERTEAU, M. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p. 131-150.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O que é a filosofia?* 3. ed. Tradução: Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Editora 34, 2010.
- DERRIDA, J.; ROUDINESCO, E. *De que amanhã: diálogo*. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- ESPINOSA, B. *Pensamentos metafísicos*. 3. ed. Tradução: Marilena de Souza Chauí. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- FERRARI, A. J. Por uma leitura de leituras: uma reflexão sobre possíveis leituras de Pêcheux na AAD 1969. In: INDURSKI, F.; FERREIRA, M. C. L. (org.). *Michel Pêcheux e análise do discurso*. São Carlos: Claraluz, 2005. p. 111-124.
- FOUCAULT, M. Estratégia, poder-saber. In: FOUCAULT, M. *Ditos e escritos, estratégias, pode-saber*. Tradução: Vera L. Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p. 78-129.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- GREGOLIN, M. R. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos*. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2006.
- GREGOLIN, M. R. Formação discursiva, redes de memória e trajetões sociais de sentido: mídia e produção de identidades. In: BARONAS, R. L. (org.). *Análise de discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. 2. ed. São Carlos: Pedro e João Editores, 2011. p. 174-204.
- GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. Tradução: Suzy Lagazzi e José Horta Nunes. In: ORLANDI, E. (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. 3. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2010. p. 161-184.
- HENRY, P. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux. In: GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução: Bethania Mariani *et al.* Campinas: Editora Unicamp, 1990. p. 13-38.
- MALDIDIER, D. Elementos para uma história da análise do discurso na França. Tradução: Mónica Graciela Zoppi Fontana. In: ORLANDI, E. (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. 3. ed. Campinas: Editora Unicamp. 2010. p. 21-162.
- MAZIÈRE, F. *A análise do discurso: história e práticas*. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

ORLANDI, E. P. Ler Michel Pêcheux hoje. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Análise de discurso: Michel Pêcheux*. 3. ed. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi *et al.* Campinas: Pontes Editores, 2012. p. 11-20.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução: Bethania S. Mariani *et al.* 4. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2010. p. 75-116.

PÊCHEUX, M. Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Análise de discurso: Michel Pêcheux*. 3. ed. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi *et al.* Campinas: Pontes Editores, 2012. p. 21-54.

PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. Legados de Michel Pêcheux e paradoxos da análise do discurso no Brasil. In: PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. (org.). *Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 21-75.

POSSENTI, S. *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

REVEL, J. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. Tradução: Maria do Rosário Gregolin *et al.* São Carlos: Claraluz, 2005.

SARGENTINI, V. M. O. Os estudos do discurso e nossas heranças: Bakhtin, Pêcheux e Foucault. *Estudos Linguísticos*, v. XXXV, p. 181-190, 2006.

SOARES, T. B. *Percurso linguístico: conceitos, críticas e apontamentos*. Campinas: Pontes Editores, 2018.

SOARES, T. B. Formação discursiva: uma noção com dois fundadores. In: PESSOA, O. M. (org.). *Leitura, discurso e produção dos sentidos: múltiplas abordagens*. Jundiaí: Paco Editorial, 2019. p. 37-51.

SOARES, T. B. Formación discursiva: una noción con dos fundadores. *Ciência & Trópico*, v. 46, n. 2, 2022. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/2133>. Acesso em: 20 mar. 2023.

VARELA, R.; SANTANA, R. O Maio de 68 na Europa – Estado e Revolução. *Revista Direito & Práxis*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 969-991, 2018.

VEYNE, P. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Tradução: Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.